

O PROGRAMA BRASIL-ÁFRICA NA CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DIÁSPORA AFRICANA

THE BRAZIL-AFRICA PROGRAM IN THE BUILDING OF THE IDEA OF AFRICAN DIASPORA

Valter Roberto Silvério¹

Resumo: A aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana tem sido analisada do ponto de vista interno, como a forma das novas gerações de brasileiros tomarem contato com a história de suas origens africanas que tem sido negligenciada e, portanto, reproduzindo certa concepção de que parcela da população brasileira é composta de povos sem história. No entanto, o volume IX da *História Geral da África*, o qual se preocupa com a diáspora africana, somado aos oito volumes anteriores, tem como objetivo propiciar às novas gerações a possibilidade de ter contato com a história dos descendentes de africanos fora do continente. Além de ser uma continuidade da *História Geral da África*, o volume em elaboração resitua aquela história em âmbito global, questionando as histórias mundiais que omitem, ou não valorizam de forma adequada, a contribuição dos africanos para a humanidade. No caso brasileiro, o nono volume pode representar um estímulo para uma nova agenda de pesquisas na área das ciências em geral, e em especial nas humanidades, abrindo novos horizontes para pensar os descendentes de africanos, que foram escravizados, como parte de uma diáspora que tem lutado para reconstruir o seu passado, desconstruindo preconceitos, afirmando o seu presente combatendo discriminações, nos diferentes contextos nacionais, e projetando um futuro no qual sua humanidade seja reconhecida não como um problema, mas como parte de um mundo onde não mais haja espaço para processos de racialização de diferenças inatas.

Palavras-Chave: África, Diáspora, Racialização, Relações Raciais, Diretrizes, Curriculum.

Abstract: The approval of the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic and Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture has been analyzed from the internal point of view as the way of the new generations of Brazilians to be in touch with the history of their African origins, which has been neglected and, therefore, reproducing a kind of conception that part of Brazilian population is composed of peoples without history. However, volume IX of the General History of Africa, which is concerned with the African diaspora, added to the previous

¹ Professor Associado do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do CNPq. Membro do Comitê Científico Internacional do Volume IX da *História Geral da África* da UNESCO. silverio@ufscar.br

S

eight volumes, has as goal to provide for the new generations the possibility of keeping in touch with the history of descendants of Africans outside the continent. Besides being a continuation of the General History of Africa, the volume in preparation replaces that History in a global scope, questioning the worldwide histories that omit or do not value properly the contribution of the Africans to humanity. In the Brazilian case, the ninth volume can represent a stimulus for a new research agenda in the area of sciences in general, and especially in the humanities, opening new horizons to think the African descendants, who were enslaved as part of a diaspora that has fought to reconstruct its past, deconstructing prejudices, affirming their present, combating discrimination in different national contexts, and projecting a future in which their humanity is recognized not as a problem, but as part of a world where there is no longer space for racialization processes of innate differences.

Keywords: Africa, Diaspora, Racialization, Race Relations, Guidelines, Curriculum.

Introdução

O século XXI, para vários autores preocupados com a presença de populações negras e a ausência de reflexões teóricas, para além dos contextos nacionais, em relação ao impacto do colonialismo na dispersão, repressão e aniquilamento de povos, indivíduos e culturas de origem africana, nasceu como “A Era da Diáspora”. Em especial para os afrodescendentes, marcados pela cor da pele não branca, a palavra diáspora deixou de ser definida simplesmente como dispersão de um povo de sua terra natal, de origem, tornando-se um termo em disputa.

A disputa tem se dado entre e no interior de disciplinas acadêmico-científicas em torno do seu uso como categoria analítica ou descritiva; na constituição de campos de pesquisas em diferentes contextos nacionais; na luta política em torno da abrangência da ação de movimentos sociais étnico-raciais intra ou extra fronteiras nacionais; na criação de redes transnacionais econômicas, culturais e políticas que utilizam o termo como emblema.

O fenômeno da diáspora africana – a captura, a travessia, a chegada ao novo ambiente e a conseqüente adaptação -, teve influência sobre a constituição de Estados nacionais nos quais diferentes povos e culturas foram hierarquizadas, como inferiores e superiores, configurando inúmeros conflitos os quais, no entanto, foram recobertos, tanto

por ideologias nacionais homogeneizantes, quanto por práticas segregacionistas e discriminatórias com base na cor/raça/etnia, explícitas e/ou implícitas, fomentando sociedades nas quais as desigualdades têm como fundamento a suposta inferioridade de alguns grupos que foram racializados.

O termo diáspora² contemporaneamente deve ser considerado como algo mais que êxodo (judaico) ou deslocamento (migratório), especialmente no contexto africano e de seus descendentes, e ganha relevância e importância o aspecto transnacional, uma vez que, sem o trânsito entre nações e a consequente adaptação dos indivíduos, viajados, o conceito em questão certamente não estaria merecendo tanta atenção por parte de acadêmicos. A diáspora africana para o Novo Mundo, impulsionada e propagada pelos países europeus que nela viam grande fonte de lucro – foi uma das maiores empreitadas comerciais dos idos coloniais – é atualmente estudada em toda a sua extensão histórica, geográfica, antropológica, sociológica, etc.

De um modo geral, o que pode ser uma primeira chave de leitura é que o pano de fundo que separa as concepções em disputa é entre ser (*been*) e tornar-se (*becoming*) uma diáspora. Isto é, no primeiro caso a insistência em pensar a diáspora a partir da dispersão judaica que envolveria o retorno à terra prometida; no segundo caso a criação, recriação, de um sentimento de pertencimento determinado por situações de opressão, rejeição, segregação e discriminação, similares em diferentes contextos (nacionais), com base em características fenotípicas e culturais.

Butler (2000), por exemplo, ao observar a necessidade de um novo enquadramento teórico-analítico para o período pós-abolicionista, dada as insuficiências para a compreensão das continuidades e rupturas das comunidades afro-atlânticas da diáspora, estabeleceu algumas premissas interessantes, a saber: 1) a condição de escravizado projetou as relações futuras com a terra hospedeira; 2) o estabelecimento no pós-abolição de um

² La palabra viene del griego — dia, «a través de» y speirein, «dispersar, esparcir». Según el Webster's Dictionary de los Estados Unidos, diáspora supone una «dispersión desde». De ahí que la palabra exprese una noción de centro, un locus, un «hogar» desde el que se da la dispersión. Evoca imágenes de múltiples viajes. El diccionario también destaca la asociación de la palabra con la dispersión de los judíos tras el destierro de Babilonia (Bhrah, 2011:212).

espectro que vai do integracionismo ao separatismo; 3) a identificação de certos padrões que delimitam as “escolhas”, individuais e coletivas, que abarcam todas as comunidades afro-atlânticas.

Para tanto, a autora contrastou duas comunidades urbanas brasileiras, São Paulo e Salvador, para identificar padrões de reação e de formas recriadas de identificação com a origem africana. E, também, ao comparar Brasil e Cuba, identifica similaridades em manifestações culturais destes países (BUTLER, 2000, p. 125-139). No entanto, a ideia da existência de uma diáspora “negra” já estava presente de forma embrionária na virada do século XIX para o século XX.

Na Encyclopedia of the African Diaspora

Ao considerar-se que a abolição foi um divisor de águas na presença forçada de povos africanos nas Américas e que, teoricamente, ela deu a “opção” aos descendentes de africanos de permanecerem nas nações americanas e caribenhas em que a maioria havia nascido, ou de “retornarem” para uma África irrevogavelmente transformada pela escravidão e colonialismo, muito poucos poderiam, mesmo que desejassem, alimentar o sonho de retorno restando apenas aceitarem os termos de enquadramento social que lhes foram impostos em seus países de residência.

No entanto, a “cidadania” proposta pelas elites não atingirá os ex-cativos. Nos termos de Fernandes (1988), por exemplo, ao se referir aos limites impostos pela ordem vigente no pós-abolição, até os anos 1950, nos diz o autor:

“A problemas que poderiam ser resolvidos 'dentro da ordem', que alcançam a classe, mas estão fora do âmbito da raça. A raça se configura como pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe.” (FERNANDES, 1988, p.17).

Assim, na formação e expansão de uma sociedade de classes no Brasil, no pós-abolição, o desenvolvimento do capitalismo não conteria dinamismos para fundir raça e

classe. Para Fernandes, portanto, “*é a raça que definirá o padrão de democracia, em extensão e profundidade, que corresponderá às exigências da sociedade brasileira*” (FERNANDES, 1988, p.17). O curioso é que invariavelmente o “negro” emergia como problema nas formações sociais que deram origem aos Estados nacionais da América de norte a sul. Para um autor como Du Bois, por exemplo, uma solução possível seria ampliar o conhecimento de todos, mas em especial dos jovens negros sobre a contribuição das culturas africanas para a formação do Novo Mundo.

No que diz respeito aos descendentes de africanos do Novo Mundo, Appiah e Gates Jr. (2003), no prefácio da sua *Africana Concise Desk Reference*, atribuem a Du Bois a primeira tentativa de elaborar, no contexto da época, uma “Enciclopédia Africana”. Em carta endereçada a Edward Wilmot Blyden³ em 1909, a qual tudo indica que não obteve resposta, sonhava Du Bois com a edição de um compêndio do conhecimento “científico” sobre a história, culturas e instituições sociais de pessoas de ascendência Africana, isto é, daqueles que foram construídos como negros no Velho e no Novo Mundo.

Os autores identificam duas outras “reencarnações” do projeto de Du Bois, ou similar, após 1909, que não se consolidaram, até a sua morte em 1963 (APPIAH; GATES JR., 2003). No entanto, o seu ensaio “*The Need for an Encyclopedia of the Negro*” (1945) e o Congresso Pan-Africano, de 1945 em Manchester, são marcos importantes para a reunião de africanos e seus descendentes do Velho e Novo Mundo, em torno da proposta de uma revista que refletisse sobre a situação da África colonizada e do racismo contra o negro/black/noir em diferentes Estados nacionais ao final da II Grande Guerra Mundial. Um de seus resultados foi o surgimento da revista *Présence Africaine*, a qual publicou sete números, entre 1947 e 1949, com ideais integracionistas como avaliaram seus editores no texto a seguir:

³ Edward Wilmot Blyden, amplamente conhecido como o pai do pan-africanismo, nasceu em 03 de agosto de 1832 em Saint Thomas, no que hoje são as Ilhas Virgens Americanas. Seus pais livres e letrados eram descendentes do povo Igbo. Em 1851, ele migrou para a Libéria, que se tinha tornado uma República independente apenas quatro anos antes.

*A Segunda Guerra Mundial termina, e em 1945, quando amadurece em Paris a ideia de uma “presença africana” afirmada, acontecerá o Congresso Pan-africano de Manchester que Alioune Diop recordará mais tarde nessas palavras: “O Pan-africanismo herdado dos militantes negros americanos e caribenhos (antilhanos) em pleno andamento, ao fim da Segunda Guerra Mundial, e 1945 via se desenrolar O 5º Congresso Pan-africano com William Du Bois, Kwame Nkrumah, George Padmore, Jomo Kenyatta e outros. A ideia de uma grande reunião de homens negros provenientes de todas as zonas do mundo não era de todo nova. No início do mês de novembro de 1947 na Revista *Présence Africaine*, Alioune Diop se inscrevia nessa longa cadeia “de identidades marcáveis” que marca a história de emancipação dos povos negros. O editorial do primeiro número da Revista dá o tom. Alioune Diop escolheu para seu título o provérbio *Niam n'goura: Niam n'goura vana niam m'paya*” literalmente “Come para que vivas, não comas para que engordes”. A Revista tem a tarefa de dar à cultura africana seu lugar no concerto das nações. Pela primeira vez, a África Negra e o mundo negro por inteiro se exprimem em uma revista de grande audiência. Esse período, que produz sete números, entre 1947 e 1949, é a representação da coragem que implica tomada de consciência e de afirmação de si assim como a generosidade que preside toda vontade de diálogo, de conversação entre “homens livres”⁴.*

A revista *Présence Africaine*, a qual publica seu primeiro número no mês de novembro de 1947, se constitui, para os objetivos do presente artigo, em um importante ponto de articulação para se pensar a importância do volume IX da *História Geral da África* da UNESCO, em elaboração oficialmente desde 2013⁵. A escrita do mesmo tem

⁴La Deuxième Guerre mondiale s’achève, et en 1945, au moment où mûrit à Paris l’idée d’une « présence africaine » affirmée, ce sera le Congrès Panafricain de Manchester qu’Alioune Diop évoquera plus tard en ces mots: « Le Panafricanisme hérité des militants noirs américains et antillais battait son plein, à la fin de la Deuxième Guerre mondiale, et 1945 voyait se dérouler le Congrès Panafricain avec Williams Du Bois, Kwame Nkrumah, George Padmore, Jomo Kenyatta et d’autres. L’idée d’un rassemblement d’hommes noirs issus de toutes les zones du monde n’était donc pas nouvelle. En fondant au mois de novembre 1947 la Revue *Présence Africaine*, Alioune Diop s’inscrivait dans cette longue chaîne « d’identités remarquables » qui marque l’histoire de l’émancipation des peuples noirs. L’éditorial du premier numéro de la Revue donne le ton. Alioune Diop choisit pour son intitulé le proverbe toucouleur, *Niam n’goura – Niam n’goura vana niam m’paya*, littéralement, « Mange pour que tu vives, ce n’est pas manger pour que tu engraisse ». La Revue est à pied d’œuvre pour redonner à la culture africaine sa place dans le concert des nations. Pour la première fois, l’Afrique Noire et le monde noir dans son entier s’expriment dans une revue de large audience. Cette période, qui produit sept numéros, entre 1947 et 1949, est la représentation du courage qu’implique toute prise de conscience et d’affirmation de soi ainsi que de la générosité qui préside à toute volonté de dialogue, de conversation entre « hommes libres ».

⁵A UNESCO lançou em maio de 2013, em Addis Abeba (Etiópia), o desenvolvimento do nono volume da *História Geral da África*. A reunião de especialistas em Addis Abeba teve a participação de cerca de cinquenta especialistas da África e suas diásporas (Américas, Ásia, Europa, Oceano Índico). A preparação e

inúmeros significados que podem ser apreendidos, a partir de dois conjuntos sintéticos de interesses expressos, no processo histórico-sociológico, por africanos (durante e após o processo colonial do continente) e de seus descendentes racializados nas experiências nacionais do chamado Novo Mundo.

No primeiro caso, o marco foi a elaboração de uma história da África a partir de uma “perspectiva africana”⁶. Conforme Ki-Zerbo, a história do continente deveria ser reescrita porque até aquele momento ela teria sido mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada (KI-ZERBO, 2010, p. XXXII). No segundo caso, no ensaio de Du Bois “*The Need for an Encyclopedia of the Negro*” (1945)⁷, se encontra a busca, nos termos do autor, do estabelecimento de uma base avançada de estudos para desestabilização dos preconceitos que incidem sobre a “raça negra”. Seu objetivo principal, com a proposta que ele não viu realizada em vida, era reformulações no pensamento social e elaboração de políticas públicas para que as novas gerações tivessem uma referência positiva sobre suas origens africanas (Appiah & Gates Jr, 2003, p. XVI).

Os obstáculos à reformulação do lugar dos descendentes de africanos no pensamento social têm sido um dos capítulos mais dramáticos da história ocidental. Não cabe nos objetivos deste texto uma descrição extensa sobre os obstáculos interpostos a uma agenda com tal objetivo, no entanto basta mencionar as tensões entre africanos e afrodescendentes, e entre esses e os europeus e seus descendentes, entre outros,

publicação do nono volume de HGA é uma resposta positiva às tendências e pedidos apresentados pelos Estados-Membros da União Africana (UA). Neste sentido, a decisão EX.CL/520 (XV) exige dos Estados-Membros da UA o apoio à elaboração de um "nono volume do HGA, incluindo a história recente da descolonização, o fim do apartheid e o lugar da África no mundo". O nono volume de HGA pretende cobrir as mudanças que ocorreram após a Guerra Fria e da era do apartheid, mas também desafios importantes, tendo em conta acontecimentos marcantes internacionais que devem ser analisados a partir da perspectiva africana. (<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/general-history-of-africa/gha-ninth-volume-elaboration/#c1437359>)

⁶Uma compreensão da importância historiográfica, do processo de elaboração da General History of Africa (GHA), bem como as polêmicas acerca de uma “perspectiva africana” da sua própria história, em português, encontra-se na tese de doutoramento de Muryatan Santana Barbosa intitulada “A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)”. – São Paulo, 2012. 208 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

⁷AFRICANA – The Encyclopedia of the African and African American Experience (The concise desk reference). Editores, Appiah, K.A & Gates Jr, H.L, Running Press, 2003).

O programa Brasil-África na construção da ideia de diáspora africana –
Valter Roberto Silvério – p. 131-162

proporcionadas por articulações econômicas, culturais e jurídicas que constituíram os Estados nacionais pós-coloniais nos últimos dois séculos.

De certa forma, somente no 5º Congresso Pan-africano, na conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, criaram-se as condições objetivas, tanto para os processos de luta de libertação colonial no continente africano, quanto para o surgimento de Estados “independentes”, isto é, que têm adornos exteriores de soberania internacional, mas seus sistemas econômico e político são comandados externamente (N’KRUMAH, 1967).

Assim, torna-se compreensível que a revista **Présence Africaine** possa ser considerada como um espaço de debate no qual conviviam perspectivas orientadas para a inclusão dos povos africanos na modernidade, por meio da busca de uma singularidade/autenticidade (movimento da negritude), com o ideário de construção de uma alternativa política emancipacionista da África e da diáspora africana (movimento pan-africano) e, principalmente, perspectivas ambíguas que aceitavam as propostas de autonomização gradual dos territórios na África, parcialmente conquistada, no caso das colônias francesas, com a constituição daquele país de 1946 (BRESCIA DOS REIS, 2014, pp. 392-409, 2014).

Posteriormente, em fins da década de 1950, alguns dos membros da revista seriam líderes fundamentais no processo de luta de libertação e pela independência dos países africanos. É significativo observar que a ideia de um encontro, em termos horizontais com a cultura europeia, fazia parte do ideário dos “homens de cultura” africanos e negros que se organizaram em torno da revista. Alioune Diop registra que a África negra e o mundo negro, como um todo, passariam a ser expressos para um público mais amplo.

Para os africanos do continente o final da II Guerra Mundial abria a possibilidade do aprofundamento da luta anticolonial; para o “mundo negro” o racismo, e não mais o preconceito de cor, passaria a orientar novas formas de luta e a reflexão sobre o ser negro em um “mundo branco”. Olhando em perspectiva o século XX, mais de duas dezenas de enciclopédias sobre África, os africanos e os negros foram editadas, mas nenhuma, até a

História Geral da África (HGA), havia se aproximado do projeto perseguido por Du Bois, até a sua morte em 1963.

O curioso é que em 26 de setembro de 1960, a convite de Kwame Nkrumah, então presidente da nova República Independente de Gana, Du Bois aceitou ser cidadão ganense onde ele poderia servir como editor chefe da “Enciclopédia Africana” deslocando-se para Accra em 1961. No entanto, em seu último discurso público, em 15 de dezembro de 1962 ele manifestou o desejo de que a sua sonhada enciclopédia fosse editada em África e compilada por africanos. Para tanto, segundo ele seria lógico que tal trabalho tivesse que esperar a independência do conjunto dos países africanos, uma vez que o estudo envolveria a África como um todo (APPIAH; GATES JR., 2003, XIX).

Assim, a aprovação por parte da União Africana⁸, em 2009, deu início, um século depois, tanto ao sonho perseguido durante toda a vida por Du Bois, quanto à necessidade recontextualizada de seu prognóstico do início do século XX, a saber:

“O fenômeno, velho como o mundo, do contato entre as diversas raças humanas terá uma nova ilustração neste novo século. Na verdade, a característica da nossa época é o contato da civilização europeia com os povos subdesenvolvidos do mundo. O que quer se possa dizer dos resultados de tal contato no passado, ele certamente forma um capítulo da ação humana que é desagradável de contemplar. Guerras, assassinatos, escravidão, extermínio, corrupção -, tal tem sido, reiteradas vezes, o resultado de se levar a civilização e o santo evangelho às ilhas do mar e aos pagãos sem lei” (DUBOIS, 1999, p. 216).

A visão de Du Bois refere-se ao início do século XX, quando ele avaliava que o problema do século seria a barreira racial: a relação das raças mais escuras com as raças mais claras na Ásia e na África, na América e nas ilhas oceânicas (DUBOIS, 1999, p. 64).

⁸ EX.CL/Dec. 492 (XV) Rev. 1 - CONSELHO EXECUTIVO - Décima Quinta Sessão Ordinária - 24 - 30 Junho de 2009 - SIRTE – Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista. Adoptadas pela Décima Quinta Sessão Ordinária do Conselho Executivo em Sirte, Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista no dia 01 de Julho de 2009.

DECISÃO SOBRE A HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA

O Conselho Executivo,

1. EVOCA o pedido apresentado pelos Estados Membros para revitalização do Ensino da História, entre outros, na base dos volumes da “História Geral da África” no quadro do Segundo Decênio da Educação para África (2006-2015);

2. FELICITA-SE a iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de produzir oito (8) volumes da “História Geral da África” escrito para criar o espírito de unidade continental, construir a autoidentidade, veicular a mensagem da integração bem como contribuir para a tolerância e entendimento mútuo;

3. CONGRATULA IGUALMENTE a mobilização de recursos pela Jamahiriya Árabe Líbia para o Projecto da “História Geral da África”;

4. TOMA NOTA do Projecto da UNESCO “Seguimento das actividades relativas à “História Geral da África” e EXORTA os Estados Membros que ainda não o fizeram para contribuir para a realização do projecto;

5. EXORTA IGUALMENTE os Estados Membros, em consulta com os Ministros Africanos da Educação e Cultura, a finalizar o projecto sob os auspícios da Comissão, tendo em conta o seguinte: i. Redigir o Nono Volume da História Geral da África que cobre a recente história da descolonização e do Apartheid e a posição africana no Mundo; ii. Elaborar livros escolares e outros materiais audiovisuais de ensino e aprendizagem para escolas dos Volumes no quadro do Segundo Decênio da Educação para África; iii. Mobilizar os parceiros na tradução dos manuais para as línguas africanas e outras; iv. Conceber e implementar uma estratégia para a divulgação dos materiais;

6. SOLICITA à Comissão a assegurar o seguimento da implementação da presente decisão e a apresentar um Relatório à próxima Sessão ordinária do Conselho Executivo, em Janeiro de 2010.

O prognóstico de Du Bois para o início do século XX torna-se extremamente importante para o século XXI, dada a persistência das desigualdades desfavoráveis ao negro/black/noir em diferentes experiências nacionais. De certa forma, é possível afirmar que as políticas públicas que atuam sobre desvantagens sociais, por exemplo, a educacional, pouco têm feito para a mudança efetiva do quadro de exclusão com base na raça/cor.

Assim, para Du Bois a “Enciclopédia Africana” não teria o objetivo:

[...] de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas” ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário (APPIAH; GATES JR., 2003, p. XVI-XI).

É sobre a persistência resignificada desse cenário/contexto que Gilroy (2001) interpretou o conteúdo da obra de Du Bois em suas diferentes fases. Para o autor, *The Souls of Black Folk* é “um texto particularmente importante devido ao modo como sensibilizou os negros para o significado das culturas vernaculares que brotaram para mediar os efeitos duradouros do terror” durante e posteriormente à escravidão (GILROY, 2001, p. 238). Dentre as várias contribuições do livro de Du Bois é relevante o argumento de que se pode, a partir do signo África, *encontrar uma unidade inata ou fundamental sob a superfície da pluralidade irreduzível dos estilos negros do Novo Mundo* (ibidem, p. 238). Dito de outra forma, sem desconhecer a importância do signo África na condução da cultura política negra na era do poder imperial, Gilroy atribui ao texto de Du Bois, acima citado, os primórdios de uma perspectiva diaspórica e global da experiência negra. De acordo com o autor:

“a validade do conceito de diáspora está em sua tentativa de especificar a diferenciação e a identidade de um modo que possibilite pensar a questão da comunidade racial fora de referenciais binários restritivos – particularmente aqueles que contrapõem essencialismo e pluralismo. *The Souls* foi o primeiro lugar onde uma perspectiva diaspórica, mundial,

sobre a política do racismo e sua superação interrompeu o fluxo uniforme dos excepcionalismos africano-americanos (GILROY, 2001, p. 239)”.

A partir do argumento de Pratt (1992) de que a colonização significou a formação de “zonas de contato”, isto é, aqueles lugares marcados pela copresença espacial e temporal, previamente, submetidas a controles e separadas pela geografia e disjuntivas históricas [...] os quais agora se interseccionam, nos termos de Gilroy (2001), tais “zonas” foram os lugares privilegiados de formações culturais que são produtos de várias e diferentes tradições obrigadas a trilharem um caminho comum, resultantes metaforicamente da travessia da ponte do que Gilroy denomina de o “atlântico negro”.

Hall (2000), não persuadido por esse argumento e seguindo as pistas do debate, em uma perspectiva inicialmente antropológica sobre as retenções africanas (Herskovitz), sobre a transculturação (Fernando Ortiz), sobre religião e sincretismo (Price-Mars) e outros sobre o Haiti e, também, Freyre e Bastide sobre o Brasil, argumenta que o que era distintivo dessas “zonas de contato”, formadas pela primeira fase da globalização, é que elas eram todas o que ele chamou de *translated societies* (sociedades traduzidas). Sem desconsiderar as especificidades de suas diferentes formações culturais, elas eram todas, em sua visão, sociedades diaspóricas em um sentido muito importante, a saber: sociedades alocadas em posições de disseminação diaspórica na relação dialética entre centro/periferia, colônia/metrópole; sociedades na metáfora de Roberto Schwarz de ideias “fora do lugar”; sociedades disjuntivas e deslocadas temporal e espacialmente, portanto, apartadas de qualquer padrão anterior similar (de seus habitantes) aos seus lugares de origem decisivamente não em casa (*not at home*). Para o autor, a questão, do que ele chama de implicações da tradução de lógicas culturais, é a seguinte: como conceituar poder, identidade e diferença, no interior dessa matriz?

Para tanto, Hall (1980; 2000) parte de um conjunto de pressupostos nem sempre considerados por aqueles que adotam sua concepção, como segue:

- a) O primeiro movimento teórico e crítico, e fundamental, se refere ao estatuto da questão colonial no interior do processo de expansão do capital. Em contraste com a

historiografia liberal, a sociologia histórica weberiana e o marxismo ocidental, na concepção de Hall a perspectiva pós-colonial marca uma interrupção com o lugar marginal atribuído à colonização analisada e contada apenas a partir de uma perspectiva e parâmetros estritamente europeus;

- b) Como consequência da proposta de Hall surgiu uma renarrabilidade que desloca a história da modernidade capitalista de sua centralidade europeia às suas periferias globais subordinando à famosa “transição do feudalismo para o capitalismo”, a qual tem desempenhado um papel de talismã, na formulação de Marx, para outra preferível à dele que vê “a longa formação do mercado mundial”;
- c) Sem dúvida, a colonização foi um ato de poder e dominação. Mas também foi um empreendimento de conquista, dominação, remodelação e exploração das formas de diferença que encontrou e criou e, ao mesmo tempo, procurou destruir ou suprimir aquelas que resistiram ao exercício de sua vontade de poder. Outro aspecto fundamental da empresa era fazer coincidir diferentes “tempos” das periferias com o “tempo” europeu transformando todos os espaços em simulacros europeizados. O problema é que a partir das últimas décadas do século XV e adiante, não houve “tempo ocidental vazio” como sugere a frase de Benjamim. Havia condensações, lacunas e elisões quando diferentes temporalidades – enquanto remanescentes “presentes” e “reais” em seus efeitos diferenciais – surgiram no mesmo momento da ruptura centrada (na Europa) e (foram) obrigadas a marcar sua diferença em termos de efeitos da sobredeterminação das temporalidades europeias, dos sistemas racializados de poder e de representação. De fato, para Hall (1980; 2000), o que define a modernidade não é a regra universal da razão – um astuto consumidor do tempo – mas sim seu caráter sobredeterminado e suturante de poder e seus efeitos suplementares. O crescente antagonismo político e a resistência cultural podem ser atribuídos à continuidade, ao menos desde o século XVI, dessas temporalidades diferenciais, histórias e culturas, que passaram a conviver violentamente juntas e, ao mesmo tempo, se recusam a tornarem-se a mesma;

- d) O termo hibridismo tem sido usado às vezes (ao lado de outros, como "sincretismo" e "crioulização") para caracterizar estas culturas mistas e diaspóricas do Novo Mundo. Seu significado, no entanto, tem sido amplamente mal compreendido. O termo hibridismo não é uma referência à composição racial mista de tais sociedades: mesmo aqueles que parecem ser capazes de traçar uma linha direta de descendência em outros lugares são, na opinião de Hall, já culturalmente hibridizados significativamente. O hibridismo define a lógica cultural, combinada e desigual, do caminho que a modernidade ocidental tem trilhado e impactado, através da conquista e migração forçada, em sua periferia, desde o início do projeto de globalização da Europa. Não é apropriação ou adaptação simplesmente: é um processo através do qual as culturas são obrigadas a rever os seus próprios sistemas de referência, normas e valores, afastando-se da sua habitual regra de transformação;
- e) A concepção fechada de cultura e diáspora repousa sobre uma concepção binária de diferença. Baseia-se na construção de fronteiras excludentes, na cooptação essencializada e racializada da "alteridade" do Outro, e numa oposição fixa entre eles e nós, entre dentro e fora. Para o autor, a ênfase deve recair no jogo sistemático das diferenças, no qual nenhum significado tem origem ou destino fixo, mas está sempre "em jogo"; mais significativamente, o seu valor político reside no fato de que ele não pode ser determinado essencialmente, posicionalmente ou relacionalmente;
- f) Daí a importância dos mitos fundacionais, perigosos quando traduzidos politicamente, como o destino do povo palestino constantemente nos lembra. Mitos têm uma estrutura cíclica, anacrônica (não cronológica) uma dupla inscrição. Seu poder redentor reside no futuro. Mas ele "trabalha" suturando suas extremidades a seu início e o seu futuro às suas origens. O tempo da narrativa dos mitos é circular - "transforma a história em natureza".

No caso brasileiro, as diferentes formas de organização da comunidade negra se depararam ao longo da República com essa dupla inscrição mítica por meio da ideologia da democracia racial. Viotti (1985), após tecer um conjunto de considerações a respeito da função social dos mitos destaca que cientistas sociais e historiadores operam ao nível da mitologia social. Quer queiram quer não queiram, eles mesmos auxiliam na destruição e na criação de mitos; no processo o que é “verdade” para uma geração frequentemente se transforma em mito para a próxima; o mito auxilia na redução do conflito social, mas claramente ele também dirige os homens e mulheres para obter algum sucesso ou insucesso. Ao analisar, especificamente, o mito da democracia racial como um legado do império o qual adquiriu características específicas em terras brasileiras em função da seletividade realizada pela elite intelectual local das teorias racialistas do século XIX, a autora demonstra o seguinte:

- 1) Os intelectuais brasileiros aprenderam a ver os negros desde o período colonial como inferiores. Assim, para formular o “problema do negro” em seus próprios termos, eles “descartaram” dois dos principais pressupostos das teorias racistas europeias: a natureza inata da diferença racial e a degenerescência da mistura de sangue;
- 2) Gilberto Freyre expressou a “realidade” tradicional, imaginada pela maioria da elite intelectual, como uma sociedade orientada por relações típicas de patronagem e clientela; a qual no processo de mudanças sociais provocadas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo em termos de industrialização e urbanização teria agravado seus conflitos sociais com a competição crescente transformando os brasileiros em racistas. As mudanças nas atitudes raciais tornaram-se mais visíveis e foram registradas por Bicudo (1945), Silva (2011) e Fernandes (2008), este último considerado o líder da escola revisionista;
- 3) O argumento de Viotti (1985) demonstra, convincentemente, que nos anos 1950, os desdobramentos do holocausto, a visibilidade dos primeiros resultados das lutas de libertação colonial no continente africano e a ampliação da consciência do impacto

e efeitos do racismo impulsionaram uma reflexão da relação entre mudanças sociais e os deslocamentos que elas provocam na readequação, recriação, destruição dos mitos, resituando o legado de cada geração na construção e desconstrução da “verdade” sobre as ideologias que povoam o cotidiano de uma dada sociedade.

Quanto à ideologia da democracia racial, mito em erosão na sociedade brasileira, a tentativa de sua superação/substituição por uma interpretação das relações sociais com base em uma dinâmica de classes, na qual cor/raça estariam subsumidas à classe⁹, tem se demonstrado insuficiente para reorientar o imaginário social tradicional e, ao mesmo tempo, tem aprisionado o movimento negro na falsa questão da veracidade, ou não, daquele mito. Como demonstram algumas de suas versões vulgares mais recorrentes, a saber: a visão conspiratória de que o mito é decorrente de uma manipulação das classes dominantes (brancas), da qual Gilberto Freyre e outros intelectuais de sua geração seriam representantes, para mascarar a realidade opressiva das relações raciais; ou, ainda, a versão que atribui às circunstâncias exclusivamente externas a criação ou a destruição dos mitos, alocando os resultados da ideologia racial brasileira em eventos ocorridos na Europa ou nos Estados Unidos.

Ao considerar todas as interpretações acima como reducionistas Viotti (1985) nos chama a atenção para caminhos alternativos observando que as versões descritas, embora diferentes, têm como elemento em comum o fato de que elas estão preocupadas somente, ou pelo menos primariamente, com raça e preconceito. Ela propõe que se deva olhar para fora do enquadramento da percepção popular do padrão de relações raciais em cada período, ou por cada geração de intelectuais; uma vez que o mito não é nada mais do que a formalização ao nível teórico das experiências partilhadas, portanto, a chave para o seu entendimento deve ser buscada no sistema de relações sociais mais amplo, em cada momento histórico, com particular atenção aos processos estruturais de mudança.

⁹Uma interessante interpretação das possibilidades de operar com o conceito de classe contemporaneamente encontra-se em Guimarães (1999).

O Projeto História Geral da África

Desde o primeiro momento, a *História Geral da África* (HGA) foi um projeto voltado para o desenvolvimento da pesquisa histórica em África, justificado por três princípios básicos como seguem: a) organização de fontes; b) síntese do conhecimento existente; c) construção de uma nova história da África. No entanto, o caminho trilhado para essa nova história da África foi marcado por vários obstáculos administrativos, teóricos e metodológicos, como observado por Amadou Mahtar M'Bow (Prefácio da primeira edição portuguesa da HGA):

A primeira fase (1965-1969) consistiu em trabalhos de documentação e de planificação da obra. Uma segunda etapa (1969 a 1971) foi consagrada ao detalhamento e à articulação do conjunto da obra. Durante esse período, realizaram-se reuniões internacionais de especialistas em Paris (1969) e Addis-Abeba (1970), com o propósito de examinar e detalhar os problemas relativos à redação e à publicação da obra: apresentação em oito volumes, edição principal em inglês, francês e árabe, assim como traduções para línguas africanas, tais como o kiswahili, o hawsa, o peul, o yoruba ou o lingala. A terceira e última fase constituiu-se na redação e na publicação do trabalho. Ela começou pela nomeação de um Comitê Científico Internacional de trinta e nove membros, composto por africanos e não africanos, na respectiva proporção de dois terços e um terço, a quem incumbiu-se a responsabilidade intelectual pela obra.

Com relação às finalidades da História Geral da África, na visão dos responsáveis por sua elaboração, cabe destaque: 1) ao foco simultâneo na unidade histórica da África e suas relações com os outros continentes, especialmente com as Américas e o Caribe; 2) às expressões da criatividade dos afrodescendentes nas Américas; 3) à resistência dos escravos deportados para a América e à participação constante e massiva dos afrodescendentes nas lutas da primeira independência americana, bem como nos movimentos nacionais de libertação.

A definição dos temas e do escopo da obra respondia à necessidade de construir-se uma “perspectiva africana¹⁰” que privilegiasse os fatores internos ao continente, em oposição aos externos, na explicação histórica, científica, da África. E, também, o resgate da experiência dos descendentes de africanos espalhados nas diferentes partes do globo. De acordo com Barbosa (2012), a perspectiva africana diversifica-se, na *História Geral da África* (HGA), em três abordagens complementares da história da África: a) o regionalismo; b) o difusionismo intra-africano; c) o sujeito africano. ***Em síntese, a perspectiva africana traz uma visão científica contemporânea e tendencialmente pós-eurocêntrica da história da África.*** No que tange à história institucional do projeto, a perspectiva africana diz respeito, sobretudo, aos quatro pontos levantados na reunião de Paris, de 1971. São eles:

- a) abordagem científica e democrática;
- b) visando à totalidade da África, com suas inter-relações regionais;
- c) focada na história das sociedades, civilizações e instituições, valorizando as contribuições da tradição e da arte africana;
- d) buscando um conhecimento da África por ela mesma, do ponto de vista dos autores africanos sobre sua própria história, o reconhecimento do patrimônio cultural africano e os fatores que contribuíram para a unidade do continente.

No entanto, a construção de uma “perspectiva africana” da história, também, articula-se com a história do negro, em especial, na América, dada a evidência contemporânea de que a herança africana marcou, em maior ou menor grau, segundo as regiões, as maneiras de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério

¹⁰ Em artigo intitulado “A HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA E A CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA AFRICANA: uma história do projeto História” (BARBOSA, 2012, pp.211-230), o autor percorreu o curso de elaboração da História Geral da África (UNESCO) pontuando os momentos cruciais de formação do que o projeto definia como “perspectiva africana” nos quais ele analisa especialmente a construção de tal perspectiva do ponto de vista do processo institucional de sua construção no interior da UNESCO. Quanto à análise da dimensão teórica e metodológica da HGA, Barbosa desenvolveu-a em sua tese de doutorado, intitulada “A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)” apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social, 2012.

ocidental. Do sul dos Estados Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, inclusive, elas constituem os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos elementos mais importantes da população¹¹. Nesse sentido, as iniciativas de Du Bois, a partir da virada do século XIX para o século XX, são parte significativa do processo que se desenvolveu no século XX; por um lado, elas registram a luta do negro na América do Norte e seus desdobramentos no Caribe e na América Latina; por outro lado, no pós-guerra, elas permitirão o reencontro conflituoso e tenso dos africanos do continente com a diáspora africana.

Diáspora Africana

Os autores que se preocuparam para além de raça, preconceito, discriminação e racismo, foram aqueles que estavam interessados em como caracterizar, por exemplo, a experiência do continente americano com sua ampla variedade de povos e culturas em geral e, em especial, a grande presença das culturas originadas do continente africano.

No caso brasileiro, a existência de movimentos reivindicatórios da população negra tem merecido a atenção de cientistas sociais¹² pelo menos desde as primeiras décadas do século XX. Bastide (1969), por exemplo, em seu livro intitulado “*Las Américas negras: las civilizaciones africanas en el Nuevo Mundo*”, teceu uma série de considerações que permitem reter o seguinte:

- 1) Que todo investigador das culturas negras na América, no campo sociológico, deveria ter em conta que é preciso tratar historicamente – com clara distinção de tempo, espaço (lugar), circunstâncias – as estruturas sociais que com extrema facilidade têm sido consideradas como procedentes do continente africano, quando

¹¹ Amadou Mahtar M’Bow (Prefácio da primeira edição portuguesa da HGA).

¹² Entre os mais notáveis encontram-se os trabalhos de Gilberto Freyre, Thales de Azevedo, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Costa Pinto, Regina Bicudo, Oracy Nogueira, Carlos Hasenbalg, Antonio Sérgio Guimarães, entre outros.

na realidade teriam nascido entre as comunidades negras em virtude das condições econômicas e sociais dentro das quais se desenvolveram. A expressão “Américas Negras” significava o reconhecimento de um mundo que possui caracteres perfeitamente distinguíveis de indígenas e brancos;

- 2) A grande importância da distinção entre “sociedades africanas” e “sociedades negras” reconhecendo a existência de formas intermediárias. Tal distinção, para o autor, é fundamental para não se falar de características de civilizações africanas onde elas desapareceram e não negar a presença africana onde ela existe, reduzindo-a ao negro;
- 3) No caso brasileiro se deveria substituir a expressão “negritude” pela expressão “africanidade” (africanidade), a qual representaria os ganhos que o povo, em sua busca, conquistou para integrar os fragmentos (sobrevivências) da cultura africana com a criação de novos sentidos nascidos na dinâmica das sociedades onde vivem as comunidades de descendentes de africanos.

Assim, para Bastide era impossível pensar a negritude, como queria Cesáire, como a consciência de pertencer ao continente africano, em razão da inexistência do inconsciente coletivo e da herança das culturas, *senão unicamente a herança por via da aprendizagem* [...]. Para o autor, os brasileiros, diferentemente dos americanos do norte, teriam criado outra teoria da negritude: a que sustenta que todo brasileiro tem uma gota de sangue negro, portanto, o país deve ser considerado uma nação negra e não branca (Bastide, 1969; Saignes, 1976). Dito de outra forma, na perspectiva do autor, no Brasil características e complexos culturais africanos teriam sobrevivido frente às relações econômicas e sociais adversas dando origem, de forma esquemática, a dois tipos de formação, a saber: “comunidades africanas” e “comunidades negras”.

No primeiro caso, nas “comunidades africanas” se encontrariam de forma mais explícita referências às culturas de origem. Os terreiros de candomblé seriam exemplos desse tipo de “comunidade”. No segundo caso, as “comunidades negras” são espacialidades e formas de sociabilidade, com base em tipos de associativismo, nas quais os negros

tiveram que inventar formas de vida, sem referências explícitas às suas culturas de origem, ainda que tenham conservado características africanas (quilombos, terreiros de umbanda, clubes sociais negros, etc...). Os dois tipos de comunidades são imagens ideais, na prática o autor observa que há um *continuum* entre tipos extremos.

Em Peixoto (2000), ao analisar na obra de Bastide os seus diálogos com três autores brasileiros (Mario de Andrade, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes), em relação aos dois últimos nos interessa sobretudo por direcionar a nossa atenção para o lugar da África no Brasil e os dilemas da modernização no debate com Freyre e Fernandes (2000: 93-198).

Entre as conclusões que nos interessam no presente cabe destacar as seguintes:

- 1) No momento presente: como podemos analisar as proposições de Bastide considerando no caso brasileiro a emergência de um movimento negro de caráter mais político em torno da construção de uma identidade racial negra quando contrastado com o Teatro Experimental do Negro dos anos 1950, ou ainda com um tipo de associativismo integrativo?
- 2) As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana significam a possibilidade concreta de, por meio da aprendizagem, resituarmos África no contexto brasileiro?
- 3) Pode o conceito de diáspora africana estar na base do reencontro do Brasil com a África em termos de sua africanidade?

Para responder as questões acima existe a necessidade uma nova agenda de pesquisas que leve em consideração as mudanças ocorridas nos últimos 50 anos considerando a articulação entre as dinâmicas sociais internas e externas. O início do século XXI trouxe consigo, no caso brasileiro e latino-americano, uma (re)significação do lugar da África no imaginário das elites econômicas e políticas. Há que se reconhecer que tal processo já estava em curso desde o início dos anos 1960.

Cabe uma menção ao importante livro/ensaio de José Honório Rodrigues (1961) intitulado “*Brasil e África: novo horizonte*”, o qual na literatura sobre o tema é considerado

um marco por reposicionar a importância do continente africano, especialmente as ex-colônias portuguesas, no contexto de mudanças das relações internacionais que se abria com o processo de descolonização do continente africano. Fernandes, por exemplo, ao resenhar o livro criticamente, embora não compartilhe do otimismo político do autor em relação à importância atribuída pelo mesmo à postura de Jânio Quadros em relação à proposição de uma nova política para o continente africano, reconhece a contribuição do autor e chama a nossa atenção para, entre outros, três aspectos do livro/ensaio que aqui nos interessam, a saber: o primeiro quando Rodrigues analisa a mutualidade das contribuições brasileiras e africanas; o segundo quando o autor refere-se à lembrança da formação histórico-cultural (o significado das culturas africanas na formação do povo brasileiro), a posição geográfica (mediada pelo Atlântico sul que irmana o Brasil e o continente africano) e, por último, o aspecto político no momento de desagregação do domínio europeu e o campo de possibilidades que se abria naquele contexto caso o Brasil não se alheasse do destino da África.

As observações de Fernandes se apoiavam na constatação de que o Brasil teria apenas sugado a África de contingentes humanos e sequer estava em condições de aproveitar construtivamente os valores culturais de que eles (os africanos) eram portadores (*O Estado de São Paulo*, 27 de janeiro de 1962, p.10, Suplemento Literário).

Desde então, o desafio tem sido uma aproximação com o continente africano que, para além dos fatores econômicos, políticos transnacionais e geopolíticos, estabeleça novas bases de entendimento da África permanentemente recriada no Brasil, e nas Américas, que possa ser conhecida e reconhecida na sua riqueza de expressões.

Nas “Américas negras”, locus de intenso debate sobre encontro forçado de civilizações, geraram-se sincretismos, hibridismos, zonas de contato, fragmentos de culturas e religiões africanas, raças, cores, termos recorrentes no debate acadêmico, desde a década de 1930. Um fato inegável é a presença de uma especificidade que tem alimentado as humanidades e as ciências sociais nos seus esforços de classificação de quem nós somos,

ou, mais precisamente, o que nos tornamos frente a um mundo que se mundializa e se globaliza.

Recorrendo a Ian Chambers, Hall (2000) enfatiza:

“Desse ponto de vista, nós nunca podemos ir para casa, voltar à cena primal, ao esquecido momento de nossas origens e ‘autenticidade’, porque há sempre outra coisa entre. Não podemos voltar a uma unidade passada, só podemos conhecer o passado, a memória, o inconsciente, através dos seus efeitos, isto é, quando é apresentado em linguagem, e não embarcar em uma análise interminável daquele passado. Na frente da ‘floresta de sinais’, encontramos-nos sempre na encruzilhada”¹³.

A casa (lugar real/metafórico (no ocidente) de estar com os seus mais próximos) pode ser lida em um contexto mais amplo de pertencimento (nacional atribuído) e origem (étnica real ou imaginária). O conceito/metáfora de(a) diáspora ganha importância por, em processo, possibilitar a recriação do passado africano no Novo Mundo a partir de um ponto de vista dos descendentes de africanos.

O volume IX da História Geral da África, patrocinado em parte pelo governo brasileiro, pode ser uma boa oportunidade para constituição de um compromisso, não apenas mais um protocolo das ciências humanas e sociais, que no passado foi fundamental para a construção de hierarquias negativas sobre a experiência dos africanos, e dos seus descendentes, que foram transformados em negros.

Revisitando temas sobre o lugar da África e do negro no Brasil

A questão da interpenetração de civilizações e culturas atravessou o pensamento social brasileiro desde o período colonial e, no momento presente, ela tem sido reposta em

¹³ From this vantage point, we can never go home, return to the primal scene, to the forgotten moment of our beginnings and 'authenticity' because there is always something else between. We cannot return to a bygone unity, for we can only know the past, memory, the unconscious, through their effects: that is, when it is brought into language, and there embark on an interminable analysis. In front of the 'forest of signs', we find ourselves always at the crossroads.

termos absolutamente novos, em especial em relação àqueles que foram transformados em pretos, negros, etc.

O conceito de diáspora africana, cunhado em meados da década de 1960, tem provocado um intenso movimento, no interior de diferentes disciplinas das humanidades e das ciências sociais. Em linhas muito gerais o que se observa é que o descentramento da narrativa sobre o outro do centro para as margens tem provocado inúmeras releituras críticas do lugar do negro e da África (SEGATO, 1998).

No caso brasileiro, onde a resistência às releituras são maiores, o conceito de diáspora africana ainda tem pouca audiência. Desta forma, convém apenas apontar alguns dos temas que estão em jogo em um revisitar sobre o lugar da África e do preto/negro no Brasil, como segue:

- a) A polêmica em torno da interpenetração das culturas, na chave da sociobiologia, levou a um embate na literatura, no qual se podem identificar as posições, entre a instauração da República e o primeiro governo Vargas, de indigenistas, de racistas e de culturalistas pensando o lugar das “Áfricas” e, posteriormente, do preto/negro (ladinos, boçais e mestiços¹⁴) na formação social do Brasil;
- b) Os fundamentos sobre o debate em torno da mestiçagem envolvem um diálogo no qual se deve observar “*os limites explicativos da sociobiologia, principalmente no que concerne às questões da transmissão dos caracteres adquiridos e da determinação do meio*” (BASTOS, 2006, p. 128-129);
- c) A necessidade de rever a forma como as ciências sociais investigaram a realidade em conexão com as representações coletivas e os fundamentos das doutrinas correntes sobre os mesmos processos e acontecimentos. Dito de outra forma, “*caberia investigar as ideologias raciais em suas formulações científicas, como dimensões fundamentais dos processos atinentes às relações raciais* (IANNI, 1966,

¹⁴ É interessante que a construção do contraste com os Estados Unidos da América é realizada a partir do pressuposto de uma seleção prévia dos africanos, considerados já mestiços (fula-fulos e semi-hamitas), portanto, falsos negros entre os emigrantes da África para as plantações e minas do Brasil (Bastos, 2006, p.129).

S

p. 25)” e, também, o contencioso racial das teorias supostamente neutras axiologicamente que tentam situar o problema das desigualdades sociais com base na “raça” sem referência aos seus fundamentos eurocêntricos.

O volume IX da *História Geral da África*, ao propor uma releitura do lugar da África, e do preto/negro/black/noir/mestiço, na formação social do Novo Mundo, e do Velho Mundo, se inscreve como um dos empreendimentos mais importantes do século XXI, ao se deslocar da compreensão da formação do *ethos* da diáspora africana para a interpretação dos desdobramentos da presença de descendentes de africanos em diferentes formações nacionais. Ele pode fornecer elementos para uma história que resitue a África no mundo e crie as condições para uma outra agenda de pesquisas.

No caso brasileiro, a coincidência com as diretrizes nacionais que obrigam o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana pode significar, sem garantias, uma revisão em termos de uma sociologia profunda de uma formação social racialmente estruturada em dominância que desracialize e desprovincialize as humanidades e as ciências sociais.

Uma prática à busca de uma nova teoria

No ano de 2007 quando se observou o baixo grau de institucionalização da implementação das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aprovadas em 2004, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), em parceria com a UNESCO/Brasil, organizou em Brasília, no período de 6 e 7 de novembro do ano supracitado, uma oficina de trabalho para avaliar a origem dos obstáculos.

Dentre os principais resultados, após a entrega de um documento sobre o estado da arte na implementação das diretrizes da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), encontra-se a elaboração do Programa Brasil-África: Histórias Cruzadas. O programa em questão no seu desenvolvimento foi se constituindo em dois vetores principais, a saber: o da Educação das Relações Étnico-Raciais e o do Diálogo Intercultural para as Relações

Étnico-Raciais. No presente texto, cabe apenas destacar as ações do vetor educação das relações étnico-raciais dadas as suas conexões de sentido com o programa desenvolvido para Continente Africano intitulado “*The Pedagogical Use of the General History of Africa*” (Uso Pedagógico da *História Geral da África*¹⁵) com o objetivo de contribuir com a renovação do ensino de história em países africanos, com o desenvolvimento prioritário de três componentes para o ensino fundamental (do infantil ao secundário):

- 1) A produção de um atlas histórico, um DVD educativo, ferramentas de treinamento e manuais educativos para professores de história; 2) o reforço da formação inicial de professores a serviço de uma nova abordagem para a história e educação; 3) a adequação e a promoção da utilização dos volumes da *História Geral da África*, bem como a harmonização de conteúdos para o ensino da GHA em instituições de ensino superior em todo o continente.

Para o desenvolvimento do projeto foi composto um Comitê Científico com dez membros provenientes e representativos das cinco regiões do Continente Africano que assumiram a responsabilidade intelectual e científica pelo projeto, bem como a Associação de Historiadores Africanos, um parceiro estratégico do projeto, que também está representada no comitê.

No caso brasileiro, os eixos e ações previstos, alguns já desenvolvidos, pelo Programa Brasil-África: Histórias Cruzadas, são os seguintes:

¹⁵ Against that background, UNESCO launched the second phase of the General History of Africa (GHA), entitled Pedagogical Use of the General History of Africa in March 2009. The project’s main goal is to contribute to the renewal of history education in African countries by: – developing three core components for primary and secondary schools in Africa; – producing a historical atlas, an educational DVD, training tools and educational guides for history teachers; – strengthening initial and in-service teacher training for a new approach to history education; – promoting the use of the volumes of the General History of Africa and harmonizing the teaching of the GHA in higher education institutions throughout the continent. In implementing the second phase, UNESCO has acted, as under the first phase, by establishing, in February 2009, a Scientific Committee comprising ten members from five different regions of the continent in order to take intellectual and scientific responsibility for the project. The Association of African Historians, a strategic project partner, is also represented on the committee. (<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/dialogue/general-history-of-africa/pedagogical-use-of-the-gha>)

1-Eixo: acompanhamento da implementação da Lei 10.639/2003

1.1-Realização de diagnósticos sobre a implementação da Lei 10.639/2003, a partir de consulta a atores sociais (academia, sociedade civil organizada, governo e organismos internacionais).

O primeiro, ocorrido em 2007, a partir de uma parceria entre a UNESCO do Brasil com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), resultou na elaboração de um documento ressaltando a incipiência da institucionalização da lei e a ausência de materiais pedagógicos sobre a história e a cultura da África e dos afro-brasileiros, sólidos e de qualidade, para subsidiar a formação de professores e sua atuação pedagógica. O diagnóstico foi coordenado pelo autor do presente texto.

A segunda ação, realizada em 2010, fruto da parceria com a Universidade Federal de São Carlos e a Ação Educativa, resultou em um **plano de ação da sociedade civil**.

1.2-Apoio à realização da pesquisa Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais, com o **mapeamento** e a **análise** de iniciativas de educação das relações étnico-raciais desenvolvidas pelas escolas públicas e o levantamento de informações sobre o processo de institucionalização da Lei 10.639/2003. A pesquisa foi realizada por meio de cooperação da UNESCO no Brasil à SECADI/MEC e sob a coordenação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

2-Eixo: produção e disseminação de informações sobre a história da África e dos afro-brasileiros

2.1-Edição em português da coleção História Geral da África – UNESCO. A publicação da coleção foi realizada em parceria com a SECADI/MEC e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com 08 volumes publicados em 2010. Acesso gratuito: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil>; <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa>.

2.2-Elaboração de materiais pedagógicos, por meio da parceria com a SECADI/MEC/UFSCar com o objetivo de adequar e ampliar o acesso de professores e alunos da educação básica ao conteúdo da coleção da UNESCO História Geral da África e também evidenciar a

influência africana na história do Brasil. Acesso gratuito: Síntese História Geral da África: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/sintese>;

História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil: <http://www.educaneab.ufscar.br/livroeducacaoinfantil.pdf>;

3-Eixo: assessoramento no desenvolvimento de políticas públicas

3.1-Contribuição à elaboração do Plano Nacional para a Implementação da Lei da Educação das Relações Étnico-Raciais. Foi elaborado um documento entregue ao Ministro da Educação e que se transformou em um **Plano Oficial** da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). A elaboração do documento realizada por meio da parceria da Representação da UNESCO no Brasil e SECADI/MEC, envolveu, entre outros, atores da sociedade civil, do governo, da academia e de organismos internacionais.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category_slug=novembro-2009.

REFERÊNCIAS

APPIAH, K.A & GATES JR, H.L (editors). *Africana: The Encyclopedia of the African and African American Experience* (The concise desk reference). Philadelphia and London: Running Press, 2003.

BARBOSA, Muryatan. S. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social, 2012.

_____. *A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (UNESCO)* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 211-230, 2012.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terras de contrastes*. São Paulo e Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

O programa Brasil-África na construção da ideia de diáspora africana – Valter Roberto Silvério – p. 131-162

BASTIDE, R. Las Américas negras: las civilizaciones africanas en el Nuevo Mundo. Madri: Alianza Editorial, 1969.

BASTOS, E. R. As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.

BASTOS, E. R. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: (org) Moraes, R, Antunes R. e Ferrante, V. B. Inteligência brasileira. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

BICUDO, Virgínia Leone. Estudo de Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Escola Livre de Sociologia e Política, 1945.

BRAH, A. Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión. Madri: Traficantes de Sueños, 2011.

BRESCIA DOS REIS, R.. Ação política intelectual como modelo de participação negra: o movimento da Negritude (1930-1960). Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 392-409, jul./dez. 2014.

BUTLER, K. From Black History to Diasporan History: Brazilian Abolition in Afro-Atlantic Context. African Studies Review, Vol. 43, No. 1, Special Issue on the Diaspora. (Apr., 2000), p. 125-139.

CALMON, P. História social do Brasil: espírito da sociedade colonial. São Paulo: Martins Fontes, Coleção Temas Brasileiros, vol. 1. 2002.

CALMON, P. História social do Brasil: espírito da sociedade imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Coleção Temas Brasileiros, vol. 2.

DaCOSTA, E.V. The Brazilian empire myths and histories. Chigaco and London: The university Chicago Press, 1985.

DIOP, Alioune. Niam n'goura ou la raison d'être de Présence Africaine. Présence Africaine, nº 1, 1947, pp. 7-14.

DEL PRIORE, Mary. Sem fé, sem lei, sem rei e Religiosidades na colônia. IN: DEL PRIORE, M. e VENANCIO, R. (ORG.). Uma breve história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DUBOIS, W.E.B. As almas da gente negra. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999. Tradução, introdução e notas, Heloisa Toller Gomes.

O programa Brasil-África na construção da ideia de diáspora africana –
Valter Roberto Silvério – p. 131-162

FREYRE, Gilberto. “Que Negritude?” Diário de Pernambuco. Caderno Opinião, 6 de junho de 1980.

FREYRE, Gilberto. [1933], Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro, Editora Globo. 2003.

FREYRE, Gilberto. [1936], Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL. 1977.

FERNANDES, F. O protesto negro. Revista São Paulo em Perspectiva, 2(2): 15-17abr./jun., 1988.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca. São Paulo: Editora Global, 5ª Ed., vols. I e II. 2008.

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GYLROY, P. The Black Atlantic: Modernity and Double-Consciousness. London: Verso, 1993.

HALL, Stuart. On postmodernism and articulation. An interview with Stuart Hall, by Lawrence Grossberg. In: David Morley and Chen Kuang-Hising, Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies, NY and London: Routledge, 1996.

HALL, S. Race, Articulation, and Societies Structured in Dominance. In: Sociological Theories: Race and Colonialism. Paris: UNESCO, 1980. 305-345.

HALL, S. New Ethnicities. In: DONALD, J; RATTANSI, A. (Ed.) Race, cultures and difference, London: Sage, 1992.

HALL, S. Diasporas, or the logics of cultural translation. Keynote Lecture. “Terras & Gentes”. VII Congresso da ABRALIC, Salvador, 25 de setembro de 2000.

IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Coleção Retratos do Brasil, vol. 48, 1966.

FERNANDES, Florestan. O Estado de São Paulo, 27 de janeiro de 1962, p.10, Suplemento Literário.

KI-ZERBO, J. (editor). Introdução geral. In: História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

O programa Brasil-África na construção da ideia de diáspora africana –
Valter Roberto Silvério – p. 131-162

N'KRUMAH, K. Neocolonialismo: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

NUCCI, Priscila. Odisseu e o abismo: Roger Bastide as religiões de origem africana e as relações raciais no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SAIGNES, M. A. Ideias de Bastide sobre las Américas negras. Revista Afroasia, n°12, 1976, pp. 109-116.

SEGATO, Rita Laura. The Color-blind Subject of Myth; or, Where to find Africa In the nation, Annual Review of Anthropology 27, 1998.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. Soc. Estado. [online]. 2011, vol.26, n.2 [cited 2016-02-10], pp. 435-445.

TOLLER GOMES, H. O Negro e o romantismo brasileiro. São Paulo: Atual Editora, 1988.

_____. As Marcas da escravidão: O Negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: EdUERJ / Editora da UERJ, 1994.

THOMSPON, V.B. The making of the African diaspora in the Americas, 1441-1900. Harlow, Essex, England; New York: Longman, 1987.

WOLF, E.R. A Europa e os povos sem história. São Paulo: Edusp, 2009.



Recebido em:17/11/2017
Aprovado em: 23/02/2018

O programa Brasil-África na construção da ideia de diáspora africana –
Valter Roberto Silvério – p. 131-162